



Ata da Sessão Plenária Ordinária nº 21 do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina, realizada em doze de julho do ano de dois mil e treze, na Sala de Comissões nº01 da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, em Florianópolis - SC.

1 Às catorze horas e treze minutos do dia doze de julho de dois mil e treze, na Sala de Comissões nº01
2 da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina – ALESC, reuniu-se o Plenário do Conselho
3 de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina – CAU/SC, em Sessão Ordinária número vinte e um.
4 Presentes os senhores Conselheiros Estaduais Arquitetos e Urbanistas **MARCOS ALEXANDRE**
5 **JOBIM, GIOVANI BONETTI, FÁRIDA MIRANY DE MIRA, ANDRÉ LUIZ SERAFIM, ADEMIR LUIZ**
6 **BOGONI e SÔNIA SUZETE ROESE**, os Suplentes de Conselheiros Estadual Arquiteto e Urbanista
7 **JOSÉ PEDRO SEMMER, MAYKON LUIZ DA SILVA e CIDE ALFREDO FONTANA**, os Arquitetos
8 **LEONARDO DANTAS e IVAN MISKE**, os empregados do CAU/SC, o Diretor Geral **MÁRCIO**
9 **BITTENCOURT**, o Assessor Especial **JOÃO EDMUNDO BOHN NETO**, o Advogado **GUSTAVO SOUZA**
10 **SANTOS**, e as Assistentes Administrativas **ELIZIANE GALLIANI e TATIANA MOREIRA FERES DE**
11 **MELO**, e a Assessora de Imprensa **ANDRESSA DREHER**. Ressalta-se que as ausências dos
12 conselheiros **JORGE RAINESKI e DÉCIO GOMES GÓES** foram devidamente justificadas. Após a
13 verificação e constatação da existência de quórum, o Vice-presidente do CAU/SC, Arquiteto e
14 Urbanista **CEZAR FRANCISCO CIARINI**, agradeceu a presença de todos, lembrou os presentes de
15 silenciar os celulares, de se identificar antes de qualquer contribuição, e explicou que por motivos
16 de saúde na família, o Presidente Ronaldo de Lima não pôde comparecer. Em seguida apresentou a
17 pauta da reunião, solicitando alteração da ordem dos itens de votação de modo que o **item c.**
18 **Propostas de encaminhamento do estudo de impacto financeiro da aquisição/ locação/**
19 **reforma do andar corporativo**; fosse o primeiro a ser votado. A pauta da reunião foi colocada em
20 votação e aprovada por unanimidade. No item **1. Aprovação das Atas das Reuniões Plenárias**
21 **Ordinária e Extraordinária do dia catorze de junho de dois mil e treze**, as atas foram colocadas
22 em discussão e, sem contestações, foram aprovadas por unanimidade. No **item 2.**
23 **Correspondências Emitidas e Recebidas**, o Vice-Presidente avisou que a relação de
24 correspondências havia sido enviada previamente por e-mail e que qualquer questionamento
25 deveria ser encaminhado para a Assistente Tatiana. Não houve **Relato do Presidente**, em função
26 da ausência do Presidente Ronaldo de Lima. O Conselheiro Giovani solicitou que o presidente
27 enviasse até o dia dezoito de julho, um relatório por e-mail sobre as representações feitas por ele
28 no Fórum de Presidentes do CAU/MS e no Seminário sobre Fiscalização. Solicitou também
29 encaminhamento de quais os desdobramentos e qual o posicionamento do CAU/SC com relação ao
30 documento gerado nesse Fórum dos Presidentes, a “Carta de Campo Grande”. No item **4.**
31 **Comunicado dos Diretores**, a Diretora Administrativa, Conselheira Sônia informou que as
32 arquitetas fiscais estão trabalhando oito horas diárias desde o início do mês de junho, que houve o
33 pagamento de horas-extra para cinco funcionários neste mesmo mês, que foi contratada uma
34 estagiária para auxiliar as atividades do advogado do CAU/SC, e o período de férias da Gerente
35 Técnica Bárbara. Referente às licitações, citou que foram feitos termos aditivos para prorrogação de
36 um ano nos contratos com a Letra Editorial e com a GreenCard, e citou que as licitações de material
37 de expediente e da empresa de transcrição de áudio foram concluídas. Informou que está sendo
38 elaborada uma instrução normativa para compra direta, e que foram suspendidas as licitações que
39 envolviam a reforma da sede do CAU/SC. No relato do diretor financeiro, o Conselheiro Bogoni
40 explicou que o aumento da carga horária e a contratação de novos funcionários para o Conselho
41 ainda não gerou reflexos diretos no balancete e no relatório gerencial mensal. Citou o valor da
42 receita total do mês de junho de trezentos e onze mil, oitocentos e trinta e dois reais, alcançando
43 uma receita acumulada de dois milhões quinhentos e quarenta e sete mil, trezentos e sessenta e
44 dois reais e oitenta e um centavos. Recebimentos provenientes de anuidades pessoa física e jurídica
45 somaram oitenta mil cento e sete reais e onze centavos. Destacou que a previsão de receita



46 proveniente de anuidades pessoa física e jurídica para o ano de dois mil e treze é de um milhão
47 quinhentos e oitenta e oito mil reais, atingindo assim mais de oitenta e um por cento do total
48 orçado. Citou que o total de despesas do mês de junho somaram duzentos e cinco mil, setecentos e
49 cinquenta reais. Destacou que o neste mês as passagens áreas para os funcionários somaram um
50 montante de aproximadamente cinco mil reais. Também em junho foi realizado o pagamento da
51 primeira parcela dos projetos de arquitetura para a reforma da sede no valor de cinco mil e
52 novecentos reais. Nos saldos bancários, o saldo disponível vinculado em conta bancária soma um
53 total de quatro milhões seiscentos e trinta mil, seiscentos e cinquenta e sete reais e trinta e três
54 centavos. O Conselheiro Giovani informou que durante o relato da Comissão de Contas e Atos seria
55 apresentado um estudo sobre o impacto da ampliação da carga horária e do número de
56 funcionários. No item **5. Relato do das Comissões**, no relato da Comissão de Ensino e Exercício
57 Profissional, o Conselheiro Ciarini relatou que será emitido um ofício para envio à Comissão de
58 Ensino do CAU/BR, solicitando um posicionamento atualizado a respeito da formação qualitativa
59 dos novos profissionais, e quais são as tratativas entre o CAU/BR e o MEC a esse respeito. Citou a
60 elaboração de outro ofício que será enviado ao CAU/BR, apresentando o posicionamento do
61 CAU/SC a respeito da legalidade da atribuição do arquiteto em SPDA, discussão essa que entrará no
62 item de apresentação e votação. O Conselheiro Giovani solicitou novamente para a Comissão a
63 elaboração e apresentação de uma proposta de operação da fiscalização no estado, conforme havia
64 sido definido na plenária anterior. No Relato da Comissão de Contas e Atos Administrativos o
65 Conselheiro André citou a aprovação, sem ressalvas, dos relatórios administrativo e financeiro.
66 Informou que a comissão solicitou que seja programada no SISCONT a redução orçamentária
67 aprovada, para que na próxima plenária sejam aprovados os Planos de Ação ajustados de acordo
68 com os novos valores inseridos no sistema, gerando assim dois encaminhamentos para votação
69 nesta plenária. Com relação ao aditivo do PCCS que deveria ser elaborado para a criação da
70 procuradoria geral e do cargo de procurador, informou que foi feita uma reformulação no plano
71 para essas inclusões, uma vez que este foi aprovado com esta ressalva. Após as discussões da
72 reunião da comissão, solicitou encaminhamento para votação em plenária de alguns itens a serem
73 apresentados no devido momento. O Conselheiro Marcos Jobim manifestou-se enfatizando que já
74 foi deliberado que a Comissão de Ensino e Exercício Profissional trouxesse um projeto de
75 fiscalização e sugeriu que seja estipulada uma data para a apresentação desse esboço. Enfatizou que
76 em função da ausência dos membros da Comissão e do Vice-presidente, o Presidente Ronaldo de
77 Lima representou o CAU/SC no Seminário de Fiscalização, juntamente com as fiscais Bárbara e
78 Franciani. Pediu atenção de todos para que a democracia excessiva não gere impedimentos ou
79 atrasos nas decisões que devem ser tomadas. O Conselheiro Giovani julgou equivocada essa
80 deliberação, disse que acha que a Comissão deve contribuir sim no projeto de fiscalização, mas que
81 existe uma passividade de quem está à frente do Conselho, pois o presidente tem domínio total das
82 informações e está presente em todos os eventos, acompanhando a instalação da fiscalização em
83 outros estados, experiências essas que podem ajudar muito na implantação da fiscalização em
84 Santa Catarina, porém não há um repasse dessas informações. O Vice-presidente sugeriu que nas
85 próximas plenárias, os encaminhamentos para votação devem ser enviados após as reuniões de
86 comissão, para que esses itens sejam inseridos na apresentação e projetados, facilitando a
87 compreensão de todos. No relato da Comissão para o Concurso Público, o Conselheiro Giovani
88 apresentou seu nome como coordenador da comissão e fez a indicação do Conselheiro Décio como
89 coordenador adjunto, salientando que este não estava presente na reunião e que teria que aprovar
90 sua nomeação. Relatou que a comissão concluiu que os conselheiros não possuem o conhecimento
91 técnico necessário, e que será feito contato com a ESAG firmando um convênio para auxílio na
92 montagem do plano de trabalho da comissão. Lembrou que é necessário o registro do PCCS,
93 credenciando assim a possibilidade de um concurso, e que seria importante dar um *feedback* para a
94 equipe do CAU/SC, sobre o PCCS, após a definição do escopo do concurso e de como ele acontecer. O
95 Diretor Márcio observou que tem se tornado habitual à inclusão de diversos itens para votação
96 durante as plenárias, proveniente das reuniões das comissões. Falou que entende que existem
97 questões emergências, mas disse que essa inclusão está se tornando sintomática, o que pode



98 prejudicar as discussões, por não haver possibilidade de reflexão e construção das ideias sobre
99 esses temas. O Conselheiro Giovani discordou explicando que as necessidades estão acumuladas,
100 que as decisões devem ser tomadas, não podem ser prorrogadas por mais um mês, e que as
101 comissões tem autonomia para esses encaminhamentos. A Conselheira Sônia enfatizou a
102 importância do envio das propostas de encaminhamento das comissões, antes do início da plenária
103 e defendeu a ideia de haver um espaço para discussão entre todos os conselheiros, anterior à
104 plenária, para que as discussões sejam amadurecidas, os pontos de vista apresentados, para que a
105 reunião seja mais objetiva e voltada para as tomadas de decisões. O Vice-presidente sugeriu a
106 ampliação do tempo das sessões plenárias. No relato da Comissão de Ética e Disciplina, a
107 Conselheira Fátima disse que os funcionários do CAU/SC que auxiliam essa reunião precisam estar
108 bem capacitados para trabalhar com a comissão, e solicitou que seus membros participem da
109 seleção do próximo advogado que será contratado. Informou que deve ser confirmada, na manhã da
110 plenária do mês de setembro, a realização de uma capacitação com a Assessora da Comissão de
111 Ética do CREA/SC, para todos os conselheiros. Relatou que a Conselheira Sônia esteve no Seminário
112 de Ética, para discussão do Código de Ética, que será votado hoje no CAU/BR. Sugeriu que as oitivas,
113 que deverão ocorrer com profissionais fora da capital, possam ser realizadas juntamente com as
114 reuniões preparatórias para o congresso. Solicitou que durante o congresso e suas reuniões
115 regionais, o Código de Ética fosse divulgado, facilitando sua compreensão e formando uma
116 consciência ética. A Conselheira Sônia fez um breve relato sobre o Seminário, solicitou que fossem
117 encaminhadas suas considerações a todos os conselheiros e salientou que as sanções não foram
118 discutidas e não foram abordadas neste Código. No relato da Comissão de Comunicação, o
119 Conselheiro Jobim informou que foi enviado aos conselheiros o relatório do andamento dos
120 trabalhos. Relatou que foi deliberada elaboração de dois termos de referência, um para a
121 contratação de uma agência de publicidade e outro para um plano de mídia. No relato da Comissão
122 Especial do Congresso, o Conselheiro Ciarini citou que algumas datas já foram definidas, que os
123 eixos temáticos estão sendo estudados, e que em reunião extraordinária no dia 20 de julho, em
124 Lages, o projeto para a realização do congresso será concluído. Informou que a proposta
125 encaminhada pelo IAB/SC para organização do Congresso ficou no valor total de duzentos e
126 quarenta e seis mil reais, ultrapassando a dotação orçamentária prevista, de duzentos e quinze mil
127 reais. Encaminhou para votação a solicitação de elaboração de um novo projeto, pelo IAB/SC, que
128 não extrapole esse valor. No relato da Comissão Especial de Patrimônio, o Arquiteto Leonardo
129 Dantas, coordenador da comissão, explicou na reunião foi discutida principalmente viabilidade da
130 aquisição do nono andar do Edifício Royal Business Center e a análise do layout proposto para o
131 sexto andar do mesmo prédio, local onde o Conselho está instalado atualmente. Foi apresentado
132 pelo Conselheiro Jobim o projeto do layout elaborado para o sexto pavimento, que explicou e
133 detalhou toda a estruturação do projeto, no valor total de um milhão, oitenta e dois mil e oitocentos
134 e noventa e dois reais. O Diretor Geral detalhou os itens do projeto executivo e explicou que este
135 ainda está sendo revisado pela comissão. O Vice-presidente questionou se esse investimento é
136 viável em um imóvel alugado e, caso a plenária aprove a compra do nono pavimento, se esse
137 projeto pode ser utilizado também para este imóvel. O Conselheiro Giovani respondeu que sim,
138 enfatizou que essa sede provavelmente será do CAU/SC nos próximos dez anos, e que se deve
139 pensar em um ambiente digno do conselho. O Vice-presidente se posicionou favorável ao
140 investimento apenas em um local de propriedade do CAU/SC. O Arquiteto Dantas enumerou
141 algumas justificativas favoráveis à compra do imóvel: não haver a perspectiva, em médio prazo, do
142 CAU/SC possuir uma sede própria e a necessidade do funcionamento não ser de forma provisória;
143 para que o funcionamento do CAU/SC aconteça de forma adequada, tanto para funcionários, quanto
144 para atendimento ao público, se faz necessário um investimento significativo em reforma, um
145 milhão de reais, assim, o ideal seria que este imóvel não fosse locado; já foi investido pelo CAU/SC
146 trinta mil reais em projetos para o sexto pavimento no mesmo Royal Business Center; e que o que
147 seria executado em três etapas no sexto pavimento poderia ser executado de forma contínua no
148 nono andar; já foi aprovada em plenária a locação de mais um pavimento no mesmo edifício; surgiu
149 a oferta de venda do nono pavimento por parte do proprietário do Edifício, Sr. Antônio Getúlio



150 Westrupp, no valor de três milhões e duzentos mil reais (seis mil quinhentos e noventa e um reais
151 por metro quadrado); foi feita e aceita uma contraproposta da Comissão de Patrimônio no valor de
152 dois milhões e oitocentos mil, valor que representa cinco mil, setecentos e sessenta e sete reais e
153 quarenta e nove centavos por metro quadrado, sendo que na mesma região existe imóveis similares
154 a venda no valor de até oito mil, setecentos e trinta reais por metro quadrado; o Edifício Royal
155 Business Center é novo, foi entregue em dois mil e onze; existe a disponibilidade da Comissão de
156 Patrimônio e outras dotações para aquisição e reforma, somando o valor de dois milhões trezentos
157 e cinquenta e quatro mil reais, sendo que o saldo de um milhão quatrocentos e quarenta e seis reais
158 restantes pode ser buscado dentre alternativas, no próprio CAU/SC, ou através de financiamento
159 bancário; a locação de pavimento e meio no mesmo edifício tem custo mensal de aproximadamente
160 dezenove mil reais. Elencadas as justificativas, o Vice-presidente lembrou que há dois anos, o
161 Conselho Regional de Administração, instalado no mesmo edifício, comprou dois pavimentos na
162 planta, por quatro milhões e oitocentos mil, e se apresentou favorável à compra. O Conselheiro
163 Giovanni enfatizou que a aquisição do imóvel é um investimento, que irá valorizar e que
164 posteriormente pode ser vendido ou servir de entrada na aquisição de outro imóvel. O Conselheiro
165 Bogoni se manifestou contrário à compra por ser um espaço inflexível, não podendo ser ampliado,
166 que não irá comportar o crescimento do Conselho nos próximos anos, e pelo fato de ficar com
167 apenas oitocentos mil reais em caixa após esse investimento. Lembrou que pelo plano de aumento
168 da carga horária e do número de funcionários, os gastos com pessoal ficariam em cinquenta e sete
169 por cento da receita total. O Conselheiro Giovanni explicou que esse percentual é sobre o
170 faturamento do mês de dezembro, e que esse cálculo deve ser feito sobre o faturamento anual,
171 comprometendo no máximo vinte e nove por cento. O Conselheiro Semmer se posicionou favorável
172 à compra, explicou que o dinheiro de aluguel é um valor perdido, que a aquisição é uma alavanca
173 para o CAU/SC e que a proposta é interessante. A Conselheira Sônia questionou a clareza da pauta
174 da reunião na convocação, e disse que o espaço em questão é pequeno para as necessidades do
175 Conselho. A Conselheira Fárída concordou que o imóvel pode não comportar a estrutura do CAU/SC
176 por muito tempo, mas se manifestou contrária ao pagamento de aluguel, uma vez que há dinheiro
177 aplicado e que se torna investimento com a valorização de um imóvel próprio. O Conselheiro Cide
178 falou que entende a compra como um investimento, que a reforma do imóvel que já foi aprovada,
179 não devendo ser realizada em um imóvel alugado. O Conselheiro Jobim lembrou que foi lançado um
180 edital e que nenhuma imobiliária se apresentou para pesquisar imóveis para o CAU/SC, que alguma
181 atitude deve ser tomada, que deve ser criado um espaço digno que comporte as necessidades do
182 conselho, que funcione e defendeu que deve ser um momento de inflexão por parte de todos.
183 Passando para o item **6. Apresentação e votação**, no item **c.** após o estudo do impacto da aquisição
184 e reforma da sede, foi encaminhada para votação a aquisição do andar corporativo no nono
185 pavimento do Edifício Royal Business Center, que foi aprovada com as abstenções do Conselheiro
186 Bogoni e da Conselheira Sônia. No **item a. Coordenação da Comissão para o Concurso Público**, o
187 Conselheiro André indicou o nome do Conselheiro Giovanni Bonetti como coordenador, e o
188 Conselheiro Décio Gomes Góes como coordenador adjunto. O Vice-presidente encaminhou os
189 nomes para votação, e a coordenação da Comissão para o Concurso Público foi aprovada por
190 unanimidade. No **item b. Deliberação sobre SPDA, apresentada pela CEEP, para**
191 **encaminhamento ao CAU/BR**, o Vice-Presidente, como membro da comissão, explicou que se
192 trata de um termo retificando a orientação do CAU/BR, solicitando que seja imediatamente abolida
193 a solicitação de comprovação de atribuição do arquiteto através de três ARTs, atribuindo ao
194 CREA/SC atividades do CAU/SC, que seja informado ao Corpo de Bombeiros a decisão e que seja
195 dada publicidade à habilitação da atribuição do arquiteto para projetos de SPDA, de acordo com a
196 legislação. A Conselheira Fárída enfatizou que a lei não deve ser discutida, e sim cumprida. O
197 Conselheiro Jobim lembrou que não é somente a lei que outorga irrevogavelmente qualquer
198 atribuição, a competência deve ser comprovada. Salientou que deve haver cautela na hora da
199 divulgação, e que habilitação é diferente de competência. Colocado em votação pelo Vice-presidente
200 o envio do documento ao CAU/BR relatando posição contrária do CAU/SC quanto à orientação
201 recebida sobre SPDA, foi aprovado por unanimidade. No **item d. Necessidade da transcrição do**



202 **áudio das reuniões plenárias**, o Vice-presidente explicou desde uma decisão no ano de dois mil e
203 doze, onde foi definido que toda a gravação de áudio das plenárias deveria ser transcrita, esse
204 trabalho vinha sendo feito, porém não estava sendo utilizado, uma vez que a secretária escuta o
205 áudio e produz as atas antes da entrega da transcrição. Informou que existe um contrato com a
206 empresa responsável pelo trabalho, que pode ser acionada a qualquer momento, e para reduzir de
207 custos, foi sugerida a necessidade de transcrição somente das plenárias que houvesse alguma
208 contestação com relação à ata elaborada, salientando que todos os arquivos de áudio serão
209 arquivados. Encaminhado para votação, a suspensão da obrigatoriedade de transcrição de todos os
210 arquivos de áudio das plenárias foi aprovada com a abstenção dos Conselheiros Giovani e Jobim. **No**
211 **item e. Ampliação da carga horária dos funcionários e impacto financeiro**, o Conselheiro
212 Giovani enfatizou a otimização de espaço e custo após a ampliação dessa carga horária, e que o
213 Conselho tem que ter uma operação de oito horas. Encaminhada para votação, a ampliação da carga
214 horária dos funcionários de seis para oito horas foi aprovada por unanimidade. Passando para os
215 encaminhamentos das comissões, foi colocada em votação a solicitação de reformulação do
216 orçamento do IAB/SC para o Congresso, não ultrapassando a dotação prevista de duzentos e quinze
217 mil reais, sugestão aprovada por unanimidade. O Vice-presidente ressaltou que as despesas de
218 deslocamento e hospedagem, em torno de vinte mil reais, não estão inclusos no orçamento. O
219 Conselheiro Giovani solicitou que fosse feita uma ressalva especificando que esse custo deve ser
220 incluído nos planos de ação da Comissão de Ensino e Exercício Profissional. Passando para os
221 encaminhamentos da Comissão de Contas e Atos Administrativos, a solicitação para que
222 as comissões permanentes e especiais reprogramem seus Planos de Ações de acordo com a
223 readequação da dotação orçamentária, e enviem para a Comissão de Contas e Atos Administrativos
224 até a próxima plenária, foi colocada em votação e aprovada por unanimidade. Quanto à solicitação
225 para que o CAU/SC concretize a reformulação do Orçamento no SISCONT – Sistema Contábil, até dia
226 vinte e seis de julho de dois mil e treze impreterivelmente, o Vice-presidente encaminhou para
227 votação e foi aprovada por unanimidade. Foi colocado em votação o estabelecimento da cota de
228 patrocínios para as entidades de arquitetura, no valor de cinquenta mil reais, cujos critérios de
229 concessão serão criados pela CCAA na reunião do dia dezesseis de agosto, e foi aprovado por
230 unanimidade. A determinação para que seja confeccionado um Termo de Referência para a
231 contratação de empresa especializada em “Gestão de Qualidade” a ser apresentada na reunião
232 do dia dezesseis de agosto, foi colocada em votação e aprovada por unanimidade. O
233 encaminhamento para que o Presidente do CAU/SC envie ofício ao CAU/BR até o dia dezoito de
234 julho de dois mil e treze, determinando prazo de sessenta dias para a finalização da entrega das
235 carteiras dos Arquitetos e Urbanistas do Estado de Santa Catarina, foi colocado em votação e
236 aprovado por unanimidade. A solicitação para que o Presidente do CAU/SC envie um ofício ao
237 CAU/BR solicitando a conclusão do processo de homologação do Regimento Interno do CAU/SC,
238 em no máximo trinta dias, foi encaminhada para votação e aprovada por unanimidade. A solicitação
239 da comissão para que o Presidente e o Diretor Geral apresentem um projeto de estruturação da
240 fiscalização, tanto no âmbito de recursos humanos como recursos físicos, na próxima reunião do dia
241 dezesseis de agosto, foi colocada em votação e aprovada por unanimidade. A comissão solicitou que
242 o CAU/SC resolva no prazo de sessenta dias as situações de entregas de carteiras pendentes no
243 estado. A proposição foi colocada em votação e aprovada por unanimidade. Passando para os
244 encaminhamentos da Comissão de Ética e Disciplina, a Conselheira Fátima solicitou
245 encaminhamento para votação a participação da comissão nas reuniões regionais do e no
246 Congresso para divulgação e conhecimento do Código de Ética, e foi aprovada por unanimidade. A
247 Conselheira Fátima também solicitou que as oitivas de alguns processos éticos, pertinentes aos
248 arquitetos de cada região, fossem realizadas juntamente com as reuniões regionais. O Conselheiro
249 Giovani sugeriu que as oitivas sejam conciliadas com a fiscalização. O Conselheiro Jobim questionou
250 se um fiscal pode fazer a oitiva no lugar do conselheiro. A Conselheira Fátima solicitou que a
251 proposição fosse suspensa e não mais encaminhada para votação. Solicitou também que a Comissão
252 de Ética e Disciplina participe do processo de seleção do novo funcionário da área jurídica. O Vice-
253 presidente encaminhou para votação a participação da comissão na escolha do advogado, que foi



254 aprovada por unanimidade. No **item 7. Manifestação dos Conselheiros Estaduais em Assuntos**
255 **do Interesse do Plenário**, o Conselheiro Cide enfatizou a importância de uma ação que divulgue
256 informações sobre as atribuições nos editais nas prefeituras. A Conselheira Fárida relatou sua
257 presença juntamente com a Conselheira Sônia, na Reunião do Setorial de Arquitetura e Urbanismo
258 do Conselho Nacional de Política Cultural, e solicitou encaminhamento da apresentação do evento a
259 todos os conselheiros. O Conselheiro Bogoni relatou que foi informado de uma determinação do
260 CREA, onde apenas engenheiros podem ser responsáveis por empresas de construção civil e que
261 estas devem estar registradas junto ao CREA/SC. Informou que buscará documentos a respeito
262 dessa norma. Com relação à colocação do Conselheiro Cide, o Conselheiro Bogoni informou que
263 solicitou um documento para o CAU/SC, que entregou pessoalmente nos órgãos das licitações de
264 Videira, em nome do Conselho, regularizando assim os problemas com os editais. O Conselheiro
265 Giovani complementou que a assessoria de imprensa deve inserir no informativo a informação de
266 que as empresas comandadas por arquitetos podem ser construtoras. O Conselheiro Serafim
267 recebeu um e-mail de um profissional do CREA, alertando que a partir de agora a notação do
268 B1106, Instalação Elétrica em Baixa Tensão Para Fins Residenciais ou Comerciais, só poderá ser
269 feita em kV, e que foram estipulados alguns limites. O Conselheiro Giovani alertou para que sejam
270 providenciados com urgência os alvarás de funcionamento do Conselho. O Vice-presidente, antes de
271 encerrar a reunião, salientou para que constasse em ata três pedidos: que o Conselheiro Federal ou
272 seu suplente relatem o que ocorre no CAU/BR em todas as plenárias, que as plenárias tenham mais
273 tempo e espaço para votação, e que as comissões façam suas indicações para votação, por escrito,
274 antes da plenária, para otimizar a reunião. Sem mais tempo para continuidade, o conselheiro Ciarini
275 declarou encerrada a Vigésima Primeira Sessão Plenária Ordinária do CAU/SC. Para constar, eu,
276 Tatiana Moreira Feres de Melo, Assistente Administrativo do CAU/SC, nomeada Secretária *Ad hoc*,
277 lavrei a presente Ata que será rubricada em todas as suas páginas e, ao final, assinada por mim e
278 pelo Vice-Presidente Cezar Francisco Ciarini, para que reproduza os efeitos legais.

279

Cezar Francisco Ciarini
Vice-presidente do CAU/SC

Tatiana M. F. de Melo
Assistente Administrativo